

## **ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS, EM SÉRIE ÚNICA, DA PARANAPANEMA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como **OUTORGANTE EMITENTE, PARANAPANEMA S.A.**, doravante designada simplesmente **EMITENTE**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 228, Bloco A, 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.398.369/0001-26, devidamente representada na forma do disposto em seu Estatuto Social, comparecendo, ainda, como representante da comunhão dos debenturistas, na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO e doravante assim designado, **PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.333 – salas 307 a 309, Barra da Tijuca, inscrita no CGC/MF sob o nº 17.343.682/0001-38.

A EMITENTE, na melhor forma de direito, emite, como de fato emitido tem, 180.000 debêntures conversíveis em ações ordinárias do capital da EMITENTE, em série única, conforme as seguintes cláusulas e condições:

### **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMITENTE** realizada em 31 de maio de 1999, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o número 991.833 e publicada no “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro” e nos jornais “Jornal do Commercio” e Diário Indústria e Comércio”, do dia 16 de junho de 1999.

### **II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão das debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares em vigor.

### **III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA**

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

## IV - DA EMISSÃO

**1. Quantidade de Títulos, séries e valor da emissão** : Serão emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) debêntures conversíveis em ações, em série única, todas conversíveis em ações ordinárias representativas do capital social da EMITENTE, perfazendo o montante de R\$ 180.000.0000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na data de emissão.

**2. Forma e Negociação**: As debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas, para serem negociadas junto ao SND (Serviço Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos).

**3. Valor Nominal Unitário**: As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.

### **4. Preço de subscrição e integralização**:

**4.1** - O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano (360 dias), calculado *pro rata tempore*, tomando-se como base o período compreendido entre a data da emissão e a data da efetiva subscrição e integralização;

**4.2** - Para fins do cálculo do preço de subscrição e de qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura, na hipótese de não estar disponibilizado, pelo IBGE, o INPC referente ao mês imediatamente anterior, será utilizado o último INPC disponível. A eventual diferença, a maior ou a menor, havida entre este último INPC disponível e aquele posteriormente divulgado, será compensada no valor nominal unitário quando da efetiva disponibilização deste índice, para efeito da sua atualização;

**4.3** - As debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, e/ou mediante a dação em pagamento de debêntures da terceira emissão e/ou notas promissórias emitidas, para colocação pública, pela **EMITENTE** e/ou ainda em créditos perante a Sociedade. A integralização mediante dação em pagamento de debêntures da EMITENTE se dará empregando-se o valor nominal atualizado mais a parcela de juros respectivos, calculados até a data de subscrição, enquanto a integralização mediante créditos perante a Sociedade se dará com a inclusão dos eventuais juros respectivos, calculados até a data de subscrição. A integralização mediante dação em pagamento de notas promissórias se dará empregando o valor de aquisição de cada título, acrescido da parcela dos juros respectivos, calculados até a data da subscrição.

**4.4** - As frações de debêntures que resultarem da proporção oriunda da integralização da subscrição mediante dação em pagamento de debêntures e/ou notas promissórias ou ainda de debêntures de emissão da **EMITENTE**, e bem assim mediante créditos perante a Sociedade, conforme item 4.3 acima, serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional .

**5. Modo de colocação:** As debêntures serão objeto de colocação pública, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado, de acordo com o disposto no art. 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando prazo de prioridade de 05 dias aos acionistas na proporção do capital que detinham no dia 31 de maio de 1999, contado da publicação da publicação do anúncio de início de distribuição, para subscreverem as debêntures. As debêntures não subscritas pelos acionistas serão colocadas no mercado sem utilização da sistemática de reserva antecipada, inexistindo lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, em ordem cronológica de pedidos, os clientes dos coordenadores da distribuição que desejarem efetuar investimentos na **EMITENTE**. De acordo com o que foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária da **EMITENTE**, à sua Diretoria foram outorgados os poderes necessários para contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a colocação pública das debêntures, após o registro de emissão na CVM.

**6. Espécie e conversibilidade:** As debêntures serão da espécie subordinada, sendo conversíveis em ações ordinárias do capital social da **EMITENTE**, na forma prevista na cláusula subsequente.

**7. Conversão :** As debêntures são conversíveis, a qualquer tempo, em ações ordinárias de emissão da **EMITENTE**.

**7.1.** A conversão das debêntures em ações poderá ser requerida a qualquer tempo pelo debenturista, mediante aviso neste sentido junto ao Sistema Nacional de Debêntures - SND / CETIP, ou por meio de carta protocolada junto à instituição financeira depositária das debêntures escriturais ou ainda junto à **EMITENTE**, contendo o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter.

**7.1.1.** Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data do recebimento da solicitação de conversão pela **EMITENTE**.

**7.1.2.** As ações resultantes da conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 03 (três) dias úteis após a data do recebimento da solicitação de conversão.

**7.1.3.** Tendo em vista que as ações ordinárias da **EMITENTE** não apresentam volume e regularidade de negociações em bolsa que permitam a apuração de uma média consistente de

cotação para as mesmas, a quantidade de ações resultante da conversão de cada debênture será determinada mediante a relação entre o valor unitário atualizado da debênture, definido na cláusula 14 infra, na data do recebimento pela **EMITENTE** do pedido de conversão, e a cotação média, ponderada por volume, das ações preferenciais da **EMITENTE** verificada nos sessenta pregões consecutivos da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, em que tenham sido registradas transações com ações preferenciais da **EMITENTE**, antecedentes ao primeiro dia útil do mês em que houver sido recebida a referida solicitação de conversão aplicando-se a seguinte fórmula :

$$FC = \frac{VUA}{(CM)}$$

onde:

FC = Fator de conversão

VUA= Valor Unitário Atualizado, definido na cláusula 14, infra

CM = Cotação Média, calculada segundo esta cláusula

**7.1.4.** Os aumentos de capital decorrentes da conversão das debêntures em ações serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da **EMISSORA**, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no Inciso III, do artigo 166, da Lei 6.404, de 15.12.76, e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

**7.2.** Se, até o vencimento final da presente emissão, a **EMISSORA** emitir novas ações para aumento de capital, bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência ou período de prioridade porventura conferido aos acionistas da **EMISSORA**, os debenturistas terão a seu critério, o direito de converter suas debêntures em ações pelo preço; a) fixado para a subscrição das novas ações emitidas; b) de exercício do bônus de subscrição; ou c) fixado para conversão da nova emissão de debêntures conversíveis, conforme o caso.

**7.3.** As ações objeto da conversão terão as mesmas características, direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações atuais e farão jus a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, desde que estas deliberações ocorram a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.

**8. Tipo:** As debêntures são emitidas sem ágio ou deságio sobre o valor nominal.

**9. Data de emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é o dia 1º de junho de 1999.

**10. Vencimento:** As debêntures terão vencimento em 31 de dezembro de 2007.

**11. Remuneração:**

**11.1.** As debêntures não vencerão juros remuneratórios, recebendo participação nos lucros da **EMITENTE**, apurada com base nas respectivas demonstrações financeiras anuais, em cada exercício, consolidadas, elaboradas com base no critério da legislação societária, preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

**11.2.** A participação nos lucros a ser paga à cada debênture em circulação corresponderá remuneração equivalente ao resultado da divisão do percentual de quinze por cento do resultado apurado, por 483.382. O resultado será apurado observando-se o disposto no art. 187 da Lei nº 6.404/76, especialmente seus incisos V e VI, considerando-se o resultado obtido antes de quaisquer deduções. O valor de participação de cada debênture será apurado anualmente, iniciando-se o primeiro período, para efeito da referida apuração, na data do início do exercício social em curso, ou seja, o dia 1º de janeiro de 1999, com atualização idêntica àquela que for conferida aos dividendos, se houver, e será paga na mesma data prevista para o pagamento dos dividendos, não podendo tal data exceder a 20 (vinte) dias úteis imediatamente posteriores à realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovar as demonstrações financeiras e a destinação dos resultados, sendo este definido pela seguinte fórmula:

$$P = \frac{(R \times 0,15)}{n},$$

onde:

P = participação a ser atribuída a cada debênture

R = resultado líquido do exercício social antes de quaisquer deduções

N = 483.382

**11.3.** Entende-se por debêntures em circulação no mercado aquelas subscritas e integralizadas, excluídas as que se encontrarem na tesouraria da **EMITENTE**.

**11.4.** Com relação ao exercício social em curso (1999), o valor da participação nos lucros, como estabelecida neste item, será calculado *pro rata tempore*, a partir da data de emissão das debêntures.

**11.5.** A **EMITENTE** manterá permanentemente atualizada a escrituração contábil, de forma a assegurar a apuração do resultado que servirá de base ao cálculo da remuneração devida a cada debênture, nos termos desta emissão.

**11.6.** Caso o resultado da **EMITENTE** em determinado exercício social não seja suficiente para atribuir a cada debênture, a título de participação nos lucros, quantia equivalente à variação acumulada no mesmo período do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano (360 dias), a **EMITENTE** estará obrigada a: (i) pagar a participação que couber e (ii) promover a incorporação ao valor unitário das debêntures do equivalente à diferença entre a quantia que houver sido efetivamente paga a título de participação nos lucros e aquela correspondente à variação acumulada no mesmo período do

Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescida de juros de 6% (seis por cento) ao ano (360 dias), incumbindo-lhe praticar todos os atos necessários à implementação desse novo valor unitário majorado.

**11.7.** Na hipótese da participação no resultado da **EMITENTE** vir a ser igual ou superior à variação acumulada do INPC no correspondente período, acrescida de juros de 6% ao ano (360 dias) a **EMITENTE** estará obrigada a realizar o pagamento da respectiva participação no resultado, não incorporando ao valor unitário da debênture qualquer atualização ou acréscimo, nem tampouco decréscimo.

**11.8.** Com relação ao período em curso, 1999, a incorporação supra será calculada *pro rata tempore* a partir da data da emissão das debêntures.

**11.9.** Relativamente ao ano do vencimento das debêntures, a remuneração respectiva, independentemente do seu resgate, será paga em moeda corrente nacional no referido prazo de até vinte dias úteis da Assembléia Geral Ordinária correspondente.

**12. Vencimento Antecipado:** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures, objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMITENTE** do valor unitário atualizado da debênture, definido na cláusula 14 infra, acrescido da remuneração prevista no item 11 supra, até a data de seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos não sanados em trinta dias do recebimento pela **EMITENTE** de aviso escrito neste sentido :

- (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMITENTE**;
- (ii) pedido de concordata preventiva formulada pela **EMITENTE**;
- (iii) liquidação ou declaração de falência da **EMITENTE**;
- (iv) falta de cumprimento pela **EMITENTE** de qualquer obrigação prevista na presente Escritura de Emissão;
- (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMITENTE** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMITENTE** previstas na presente Escritura de Emissão.

**13. Aquisição Facultativa :** A **EMITENTE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor unitário atualizado definido na cláusula 14 infra observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404, de 15.12.76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMITENTE** ou serem novamente colocadas no mercado.

**14. Valor Unitário Atualizado :** O valor nominal unitário da debênture será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de juros de seis por cento ao ano (360 dias) excluída

a participação nos lucros que tenha sido atribuída à debênture, até o respectivo valor unitário então vigente .

### **15. Assembléia Geral dos Debenturistas:**

**15.1.** Os titulares das debêntures se reunirão em assembléia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

**15.2.** A assembléia pode ser convocada pela companhia emissora e por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.

**15.3.** A assembléia geral se instalará com o *quorum* previsto no artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei nº 6.404/76, que deliberará pelo voto de debenturistas que representem 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das debêntures em circulação.

**15.4.** À assembléia dos debenturistas se aplicarão, no que couber, as regras dispostas no artigo 124 da Lei 6404/76.

**15.5.** Em qualquer caso, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá às assembléias dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.

**15.6.** Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

**15.7.** Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto da presente Escritura dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

**15.8.** Para efeito de constituição do *quorum* a que se refere esta Cláusula, serão excluídas do número de debêntures emitidas em circulação as eventualmente pertencentes à **EMITENTE**.

**16. Prorrogação dos prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título aos valores a serem pagos.

**17. Decadência dos direitos aos acréscimos:** O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da **EMITENTE**, nas datas previstas neste instrumento, ou em comunicação publicada pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária, no período relativo ao atraso do

recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**18. Local de pagamento** : Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos -CETIP, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para este fim pela **EMITENTE**.

**19. Publicidade** : Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal utilizado pela **EMITENTE** para as suas publicações legais.

## **V- DAS Obrigações especiais da EMITENTE**

A **EMITENTE** obriga-se a, até o vencimento final das debêntures: a) manter atualizado o registro necessário junto à **CVM**; b) manter auditoria externa enquanto as debêntures não tiverem sido resgatadas; c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação dos seguintes documentos: c.1.) balanço patrimonial; c.2.) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; c.3.) demonstração do resultado do exercício; c.4.) demonstração das origens e aplicações de recursos; c.5.) certificado de auditoria externa, quando se tratar de balanço do exercício; d) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício; e) enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** cópia das demonstrações financeiras anuais e trimestrais e do parecer da auditoria externa, tão logo esses documentos estejam disponíveis; f) fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em um prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, cópia de qualquer outro documento ou informação que possa ser relevante para a defesa dos debenturistas, ou para salvaguarda dos seus direitos, podendo o referido prazo ser prorrogado se a **EMITENTE** demonstrar ser impossível atendê-lo; g) apresentar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas; h) desenvolver todas as atividades necessárias ao atendimento dos debenturistas.

## **VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, é o **AGENTE FIDUCIÁRIO** desta emissão de debêntures que, neste ato, e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a **EMITENTE** a comunhão dos titulares das debêntures e declara não estar incurso nas situações de impedimento previstas na legislação pertinente, em especial, na Instrução Normativa 28/83, da Comissão de Valores Mobiliários

## **VII - DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** receberá, por todos os serviços que prestar, uma remuneração de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) anuais, a ser paga da seguinte forma: A primeira parcela, relativa ao ano de 1999, será paga na data da obtenção do registro da presente emissão junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários e, as parcelas relativas aos anos subsequentes, atualizadas pela variação acumulada do IGP-M no período, serão pagas na mesma data dos anos posteriores. Na falta do IGP-M ou na impossibilidade de sua utilização, as parcelas serão reajustadas pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data da emissão das debêntures até as datas de pagamento, calculadas pro-rata die se necessário. Na hipótese do IGP-M, em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando deflação medida por esse índice de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês a taxa de 0% (zero por cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere. A remuneração será devida até a data de cancelamento de todas as debêntures da presente emissão e não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMITENTE**, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, após prévia aprovação. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as decorrentes de sucumbência em ações judiciais e as administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e ressarcidas pela **EMITENTE**. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **VIII - DA SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções, nos seguintes casos: a) deliberação da assembléia, por debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação; b) ato da CVM; c) sua ausência, impedimento ou renúncia. Na hipótese de o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por motivo superveniente a esta Escritura, não poder continuar a exercer as suas funções, ele deverá comunicar imediatamente tal impedimento aos debenturistas, pedindo a sua substituição, matéria a ser submetida à Assembléia de Debenturistas. Na hipótese de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a mesma será formalizada mediante aditivo ao presente instrumento, que deverá ser arquivado na forma da lei.

## IX - DOS DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei, constituem deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**: 1 - proteger os direitos e interesses dos debenturistas, com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; 2 - praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessam aos debenturistas; 3 - elaborar relatório anual e mantê-lo disponível aos debenturistas na sua sede social, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da **EMITENTE**, em que declarará sobre a sua aptidão para permanecer no exercício de suas funções, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem aos debenturistas; 4 - notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela **EMITENTE**, de obrigações assumidas no presente instrumento e 5 - todas as demais obrigações e atribuições previstas neste instrumento. O relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** será posto à disposição dos debenturistas mediante aviso publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal habitualmente utilizado pela **EMITENTE**, observado ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76. O inteiro teor do relatório anual do **AGENTE FIDUCIÁRIO** estará à disposição de qualquer interessado no escritório do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na Avenida das Américas nº 3.333, salas 307/309, na cidade do Rio de Janeiro. A notificação a que se refere o item "4" acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal habitualmente utilizado pela **EMITENTE**, observado, também, se cabível, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei nº 6.404/76, e discriminará as providências judiciais ou extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tomou ou irá tomar para proteger os interesses dos debenturistas.

## X - DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a companhia ou terceiros coobrigados, para proteção e defesa dos interesses dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado no caso de inadimplemento da **EMITENTE**: 1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures, conforme o disposto no item 12; 2. requerer a falência da **EMITENTE**; 3. representar os debenturistas em processos de falência ou concordata da **EMITENTE**; 4. tomar as providências necessárias à eventual realização da assembléia dos debenturistas e 5. outras providências previstas na presente Escritura. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista no item 1 acima na ocorrência das seguintes hipóteses, nos termos do referido item 12: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMITENTE**; (ii) pedido de concordata preventiva formulada pela **EMITENTE**; (iii) liquidação ou declaração de falência da **EMITENTE**; (iv) falta de cumprimento pela **EMITENTE** de qualquer obrigação prevista na presente escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for feito pelo Agente Fiduciário; (v) vencimento antecipado de

qualquer dívida da **EMITENTE** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMITENTE** previstas na presente escritura de emissão. O eventual não exercício pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de qualquer dos procedimentos previstos nesta Cláusula não consistirá novação, e não impedirá que o mesmo venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.

## **XI - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

Correrão por conta da **EMITENTE** as despesas com publicações que, por força de lei, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha que proceder, obrigando-se a **EMITENTE** a fornecer antecipadamente os recursos que sejam necessários para a efetivação de tais publicações. A **EMITENTE** ressarcirá também o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as demais despesas em que o mesmo tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar os seus créditos. O ressarcimento a que se refere esta cláusula será efetuado dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias contados da entrega à **EMITENTE** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere esta cláusula compreenderão, inclusive, as seguintes: a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; b) extração de certidões; c) eventuais levantamentos adicionais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

## **XII - DO FORO**

Fica desde logo eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento.

Estando assim as Partes justas e contratadas, assinam a presente escritura particular, em 03 (três) vias, para que possa gerar seus regulares efeitos, a **EMITENTE** e o **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1999.

**PARANAPANEMA S.A.**  
**EMITENTE**

**PENTÁGONO S/A DISTRIBUIDORA**

**DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
AGENTE FIDUCIÁRIO**

**Testemunhas:**